

ESPECIAL



Amazônia, 1969: uma criança americana e seu avô no uaiacá

O DESTINO DIFÍCIL DE UMA RAÇA

Índio — Doutor, eu vim aqui porque estão tomando as terras do meu povo.

Nutels — O que faz um civilizado quando alguém invade sua terra? Ele atira. Por que você não faz o mesmo?

Índio — (Pensa, abaixa a cabeça.) Sabe de uma coisa, doutor? Eu vou deixar dessa ilusão de ser índio.

Diálogo entre o ex-diretor do SPI, Noel Nutels, e um índio pernambucano, relatado pelo próprio Nutels à CPI dos índios em 1968.

Eles eram 1,5 milhão e viviam muito felizes. Comiam gabiobas e palmitos, caçavam, pescavam e, principalmente, apreciavam o ócio. Eram robustos, valentes e freqüentemente guerreavam entre si brigando por mulheres. No seu ócio cultivavam as artes, dançavam com cocares coloridos e contavam as histórias de heróis como Macunaima, figura velhaca e brincalhona que enchia de luxúria as malocas por onde passava com seu inesgotável apetite sexual. Nes-

sa completa harmonia com a natureza generosa, eles receberam gentilmente os batéis lançados por Cabral naquele manhã do dia 22 de abril na enseada de Porto Seguro. E, como se tudo não passasse de uma brincadeira, dezenas deles juntaram-se à beira do mar ajudando os portugueses a carregarem seus navios com barricas cheias de água.

Hoje, 473 anos depois, não há no Brasil mais que 150.000 índios. Muitos dos que os conhecem acreditam mesmo que não cheguem a 100.000. Segundo um depoimento do cientista Paulo Duarte eles se estão extinguindo com rapidez espantosa: de 200.000, em 1963, sobrou apenas a metade em 1967, para chegarem, em meados de 1968, a cerca de 80.000. E, desses remanescentes, poucos vivem ainda na harmonia da selva nas regiões onde o homem branco não chegou. Alguns estão isolados pelo próprio branco em glebas definidas de terras reservas e parques nacionais. No Brasil e na região centro-sul, remanescentes das antigas e numerosas tribos vivem, mais ou menos pacatamente em postos

indígenas ou pequenas vilas isoladas. Poucos dos muitos que foram para as cidades ainda existem, geralmente numa vida marginal. São lavadeiras, engraxates, figurantes — índios profissionais.

Segundo levantamentos científicos, só nos últimos cinquenta anos desapareceram 87 tribos inteiras pela morte de todos os seus membros. E mais 57 das 143 tribos restantes poderão extinguir-se rapidamente. Os xetas, no Rio Grande do Sul, estão reduzidos a quatro homens e duas mulheres estéreis. Os akuáwa-asurini, no Tocantins, são apenas 34 morando no posto indígena, catorze vivendo na mata e dez dispersos na cidade. Na mesma região há apenas 41 índios gaviões, a maioria homens ou meninos. Lá, os brancos lhes dão apelidos pejorativos: "bodão", "Doidão", "Baleado", "Porcarieta". E eles respondem, cansados: "Cacoco não gosta de 'kupen'".

Que terrível tragédia terá descido sobre

*Kupen é o homem branco na língua dos gaviões.

bre aqueles povos felizes e brincalhões? "O problema é grave", disse na semana passada o jurista Temístocles Cavalcanti, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. Nos últimos meses, Temístocles Cavalcanti dedicou-se ao estudo de um conjunto de leis — o Estatuto do Índio — que possa atenuar a tragédia. "É preciso uma definição jurídica, uma afirmação legal do direito desses homens que, pela sua condição, estão à margem da sociedade", disse Temístocles. Ao mesmo tempo, a Fundação Nacional do Índio (Funai) preparava festejos comemorativos da Semana do Índio — 12 a 19 de abril: desfiles, exposições de artesanato e partidas de futebol. Substituindo o antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) — cuja filosofia indigenista era da pacificação e assistência —, a Funai parece agora preocupada em definir uma nova política indigenista: a integração do índio na comunidade.

Na verdade, a história do fracasso do SPI — de seu começo glorioso em 1910 à sua extinção em 1967 — é a própria história dos dramáticos acontecimentos que envolveram o índio brasileiro neste século. (No século passado havia ainda 1 milhão de índios, apesar dos trezentos anos de escaramuças contínuas e epidemias de gripe e sarampo, doenças fatais aos índios.) Um deles, igual a tantos outros, foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste cortando o território dos índios kaingang. "Uma das distrações dos operários na época era 'passarinhar' índios nos domingos", lembrou na semana passada o antropólogo Egon Schaden. No Amazonas, 30 000 índios foram mortos por ordem da Peruvian Amazon Company, que iniciava então a exploração da borracha.

As tragédias repercutiram no XVI Congresso Internacional de Americanistas, em Viena, em 1908. E, preocupados com o problema, uma equipe de jovens militares e civis positivistas, chefiada por Cândido Rondon, resolveu pacificar os índios como uma nova alternativa para as duas únicas políticas então existentes: a destruição sumária defendida inclusive pelo naturalista Von Hering, que os julgava perdidos para a civilização, ou o trato por meio de missões religiosas. Em trinta anos, mais de cem postos indígenas foram implantados pelo país, numa verdadeira epopéia onde colunas marchavam muito além das frentes pioneiras de colonização. Ao contrário da solução adotada por caboclos e aventureiros, o lema de Rondon era "morrer se preciso fôr, matar nunca".

A queda de Rondon em 1930 — por causa da Revolução — marcou o início da decadência do SPI. Surgiram o empreguismo e a corrupção de funcionários do próprio SPI por pessoas interessadas nas terras dos índios. Em 1967, uma CPI da Câmara dos Deputados resolveu

investigar possíveis crimes contra índios e irregularidades administrativas do SPI. Em março do mesmo ano, o SPI era transferido do Ministério da Agricultura para o Ministério do Interior após a destruição de seus arquivos num misterioso incêndio. E também o Ministério do Interior abriu inquérito, acabando por demitir mais de uma centena de funcionários (segundo carta enviada à CPI da Câmara pelo bacharel, ex-cronista parlamentar e datilógrafo da Câmara José Queiroz Campos — hoje presidente da Funai).

Durante esses inquéritos, dois grupos passaram a se acusar mutuamente dentro do SPI e, do extravasamento dessa luta, várias histórias terríveis vieram à tona (violação de índias, desvio de verbas, alianças com empresas interessadas nas terras indígenas, etc.).

Mesmo herdando muitas dessas dificuldades e grande número de antigos funcionários do SPI, a Funai trouxe al-

A política de integração: em São Luís, MA, à direita, Queiroz e Sarney inauguram um posto indígena. Em São Paulo, Dom Agnelo abençoa policiais da Guarda Rural Indígena



gumas esperanças de que finalmente a integração do índio ao resto da nacionalidade seria feita sob controle e não segundo as leis violentas dos pioneiros do sertão — o castanheiro, o garimpeiro, o seringueiro. "Eles não poderiam levar coisa alguma ao índio porque, por sua vez, não estão integrados em nossa cultura. Em certo sentido são marginais" — explicou o sertanista Álvaro Villas-Boas.

"Nossa obrigação é integrar o índio na civilização brasileira", declarou a VEJA o presidente da Funai José Queiroz. Para Queiroz, "aos índios só devem ser levados valores que os ajudem a se integrarem. E o juiz dessa integração deve ser o próprio índio." Ainda na semana passada, ao mesmo tempo que ordenava a substituição dos missionários da South American Indian Inc., acusados de catequese forçada e arrecadação de donativos, o presidente da Funai demitia seu próprio vice-presidente, José Maria da Gama Malcher. A demissão,

que parece reviver as antigas querelas no SPI, surpreendeu especialmente os velhos estudiosos da vida dos índios, os antropólogos, que viam em Malcher uma garantia de que a integração nunca seria feita em prejuízo do índio. Na verdade, as divergências entre a Funai e os cientistas não são recentes. Uma delas transformou-se mesmo em escândalo internacional, quando o etnólogo sueco Lars Persson, em meados de 1968, acusou o governo de, através da Força Aérea Brasileira, ter adquirido doze aviões especialmente equipados para o extermínio dos índios com napalm. No ano seguinte, na imprensa internacional, chegou a ser usada a expressão "genocídio de índios" — que o presidente da Funai classifica de "campanha organizada para desmoralizar o governo brasileiro sob o pretexto de que se trata de uma ditadura militar". A questão chegou a ser levantada na ONU pelo Ministério do Exterior da Dinamarca, em setembro

do ano passado. Num jantar oferecido ao presidente da Funai pelo Clube da Dinamarca no mês seguinte, Queiroz, numa conferência intitulada por ele de "Discurso aos Nórdicos", disse: "O chamado genocídio de índios brasileiros, a partir de março de 1964, só existe na imaginação de poucos repórteres ou na neurose persecutória de alguns antropólogos europeus". Mais tarde, Lars Persson negou publicamente ter falado em napalm ou em genocídio, pelo menos com referência ao Brasil. Mas admitiu ter usado a expressão "etnicídio", a mesma adotada por Queiroz quando concordou que a integração do índio

continua na página 60

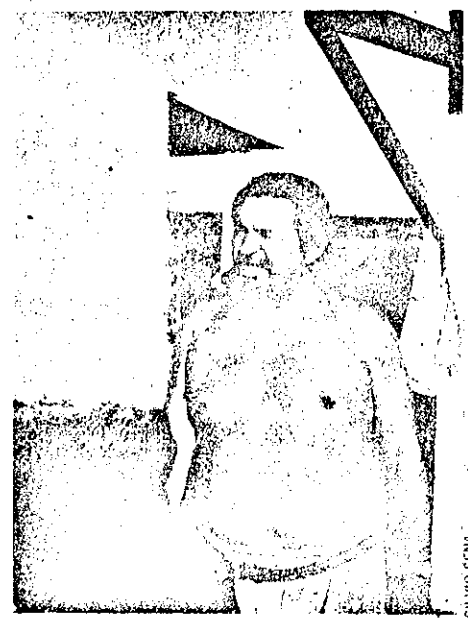
Nas páginas seguintes, as imagens da velha e da nova integração do índio brasileiro: do caboclo aculturado pela força de expansão econômica ao índio policial treinado pelo Exército

continuação da página 55

na civilização poderia dar-se mesmo ao preço da destruição total de sua antiga cultura.

Mas, se não há genocídio — e sim um possível etnicídio —, nem por isso a harmonia é total. "Visitei várias comunidades indígenas e a meu ver não há qualquer ganocídio", disse a VEJA na semana passada o escritor Mário Palmério, que viajou pelos rios da Amazônia ocidental. "É uma interpretação exagerada e mesmo velhaca de articulistas estrangeiros. Existem, sim, e isso é absolutamente inevitável, escaramuças entre índios — o dono da terra — e invasores. Vi seringueiros cortando borracha de carabina na mão e olho vivo em locais onde os índios só tomam atitudes guerreiras. O fato é que o explorador branco não confia no índio e vice-versa."

Para Egon Schaden, profundo conhecedor dos índios, mesmo o índio já aculturado pode voltar em certos momentos de insegurança psíquica ao estado tribal: regressa à religião e às coisas que lhe dão segurança. Segundo ele, "jamais se pensou no que se passa dentro do coração do índio. O que a Funai precisa é procurar agora, já que os objetivos estão fixados, o auxílio dos antropólogos, psicólogos e etnólogos, para que a integração signifique não uma assimilação pura e simples, mas a criação de relações satisfatórias entre índios e brancos". Sílvio Coelho dos Santos, antropólogo da Universidade Federal de Santa Catarina, tem a mesma posição: "Como a Funai vai executar sua política se na região

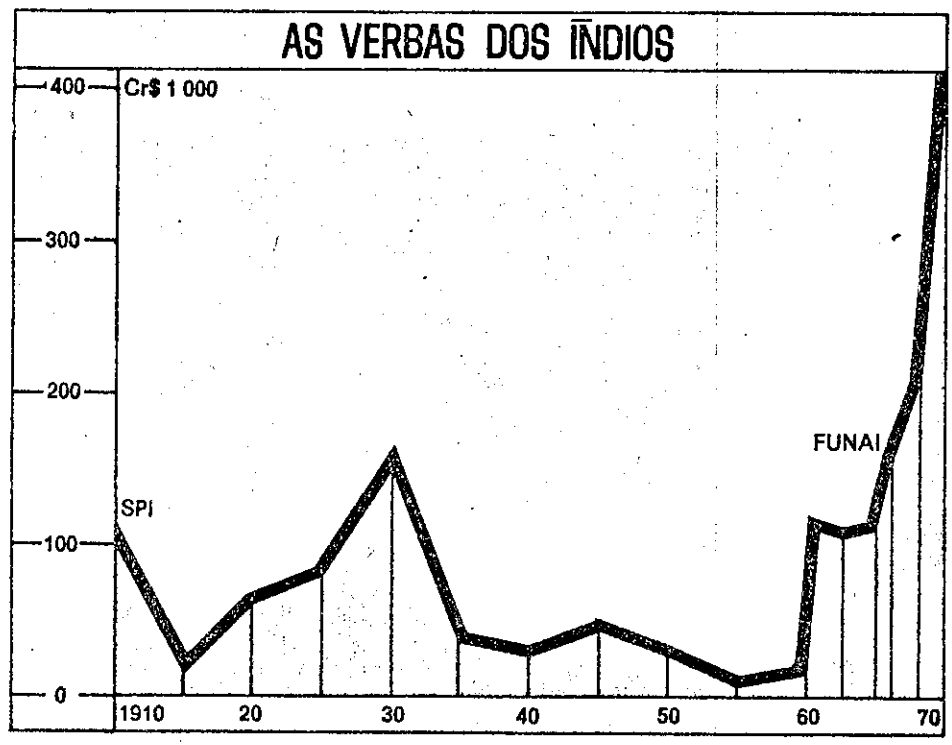


Villas-Boas: o branco nada tem a dar

sul, por exemplo, não tem nenhum antropólogo?" E Sílvio Coelho faz mais uma crítica, parcialmente endossada pelo antropólogo Roberto Cardoso: "Os postos indígenas se transformam em verdadeiras empresas com a finalidade de civilizar o índio pelo trabalho. Mesmo que as intenções sejam as melhores, quem nos garante que os índios não preferem uma organização de trabalho diferente, a cooperativa, por exemplo?" (A Funai recentemente reduziu a 10% os dízimos a serem recolhidos da produção indígena em seus postos.) Mas, se a maioria dos cientistas é favorável à integração

gradual e seletiva dos índios, um deles, pelo menos, o etnólogo Herbert Baldus, tem opinião diversa: "Sou favorável a que se deixe o índio semi-isolado o maior tempo possível. Um país é muito mais rico quando conserva um quadro multicolor de culturas". Segundo Baldus, as missões religiosas também integram mal o índio: "Os missionários estão interessados em vestir o índio. Para mim, índio que usa calça de tergal é uma anomalia. O missionário não pode, por exemplo, aceitar o infanticídio, praticado por algumas tribos para manter o equilíbrio demográfico. Para o etnólogo, isso é só uma questão de consciência". Padre Legal, da Ordem Salesiana, uma das mais atuantes entre os índios, discorda de antropólogos como Baldus dizendo que eles estão mais preocupados com a ciência do que com os índios em si: "É justificável conservar o índio como cobaia ou bichinho de zoológico?" E responde: "Se o infanticídio deve ser mantido por ser autêntico, por que não manter as favelas e o analfabetismo?"

Talvez a maior tentativa de preservação dos índios, para dar tempo a uma integração lenta, tenha sido o Parque Nacional do Xingu, dirigido há 28 anos pelo sertanista Orlando Villas-Boas: ali vivem quinze tribos — 2 000 índios — na mesma antiga harmonia com a natureza e defendidos das incursões dos brancos por um cinturão de tribos especialmente guerreiras. Povos inteiros que hoje estariam extintos lá se recompuseram, como os trumais, valiosos para os etnólogos porque sua língua é única, não pertencendo a qualquer outro tronco lingüístico. Orlando Villas-Boas defende a integração lenta e sem traumas, de modo a não destruir a riquíssima cultura indígena: "Afinal, um dia brancos e índios terão de viver juntos e certamente um e outro acabarão se respeitando como povo", disse ele a VEJA em meio a seus dez secretários (cada um de uma tribo diferente). Mas, para Villas-Boas, esse dia ainda não chegou: "Por enquanto, preocupada com o comércio, lucro e ganância, a nossa sociedade não tem lugar para o índio, a não ser um lugar identificado com a desgraça". Orlando diz acreditar na Funai ("Eu próprio sou funcionário dela") mas adverte contra o perigo de ela repetir os erros do SPI: "Entre os caboclos existe a lenda de um duende de tronco enorme e pé pequeno. A Funai corre esse risco: ser um monstro com uma cabeça enorme e sem pés em sua base". A verdade é que os atuais planos de integração da Funai coincidem surpreendentemente com os planos saídos de uma cabeça considerada como das melhores para assuntos indígenas: a garantia da posse das terras índias (anunciada por Queiroz em São Luís no mês passado), o estatuto jurídico, a limitação do dízimo e reorganização da economia



tribal nos postos e mesmo a criação de colônias indígenas na fronteira amazônica com as Guianas (anunciada como um plano em fins do ano passado) fazem parte de um projeto de nove pontos de Darcy Ribeiro, integracionista convicto e primeiro etnólogo contratado pelo SPI.

E também a educação do índio sugerida por Darcy foi iniciada num programa piloto em Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, onde está o posto indígena de Tôldo Guarita. Lá, num conjunto de sete ocas e mais seis galpões, formando o mesmo círculo da tradicional taba, 35 jovens índios kaingang estudam desde a sua própria língua — numa gramática especial — até botânica e uma geografia onde os postos indígenas são as referências geográficas. Nery, vinte anos, um dos alunos, diz: "Até agora tudo vai bem, mas eu não sei o que poderá acontecer. Só conheço o passado ruim e este presente bom". Nery parece ter razão em seu ceticismo. Comandada por um tenente muito rígido, a experiência de Tôldo Guarita pode se ressentir do excesso de disciplina e de preocupação com a rentabilidade que tantos antropólogos e sertanistas criticam. O Tenente Hermínio diz: "É preciso disciplina". E conta um caso: "Os índios que trabalhavam na serraria resolveram fazer greve por aumento de salário. Perguntei quem era o chefe do grupo, ele levantou a mão e levei-o para a cadeia. Quando voltei estavam todos trabalhando". O mesmo espírito de disciplina tem o Capitão Manuel Pinheiro, comandante da Guarda Rural Indígena (Grin) formada na Escola de Polícia Militar de Minas Gerais (Belo Horizonte). Criada pelo Ministro Costa Cavalcanti, que já paralinhou a primeira turma de noventa índios, a guarda formará 360 índios policiais no próximo ano e passará a ser comandada por um coronel como brigada especial subordinada ao Exército. Diz o Capitão Pinheiro: "A guarda não é um movimento de militarização do índio. Apenas reacende a chama de guerreiro antes apagada. Eles já têm o espírito militar no sangue". Criada com a justificativa de que é necessário defender as terras índias das incursões dos brancos, a guarda já está sofrendo críticas: armados de grande autoridade, pela formação e pelas armas (cassetetes e revólver calibre 38), os guardas, ao voltarem às suas tribos, onde receberão o salário mensal de 250 cruzeiros novos, poderiam subverter a tradicional hierarquia indígena. "Não esqueçamos nunca que uma das falhas do SPI foi a nomeação arbitrária de certos chefes indígenas", advertiu o etnólogo Schaden.

De fato, na criação da guarda rural e na falta de assessoria científica estão as duas mais evidentes divergências entre o plano de nove pontos de Darcy e a política da Funai. Não decorreu ainda

tempo suficiente para a grande prova da guarda indígena. Mas, na vila índia de Santa Isabel, na ilha do Bananal (400 km por 100 km), as experiências já começaram. Kuduene, um carajá alto e forte, desajeitado dentro de um par de botas militares, procura manter com seus 22 policiais uma disciplina que os duzentos índios carajás parecem não aceitar com facilidade: "Índio não gosta desse tipo de autoridade. Isso vai acabar em derramamento de sangue" — diz Ismael da Silva Leitão, o delegado da Funai no posto. Kuduene é mais otimista ("Agora tudo mudado, aldeia em paz, índios também"), mas já cometeu seu primeiro erro: prendeu um caboclo que voltava para casa com uma garrafa de pinga. "Índio não pode prender branco", diz um funcionário do posto, e Ismael concorda. A



Aritana: a renascença dos iualapitis

grande prova de Kuduene será breve: o velho cacique Maloá morreu e três chefes discutem a sucessão. Entré eles, Uatau, pai de Kuduene, é tido como índio rico. Pela tradição, o escolhido deverá ser Maloraré. Se Kuduene intervier na disputa, as previsões de derramamento de sangue podem confirmar-se: Maloraré é violento e já matou um carajá. Como no Bananal, na maioria dos 120 postos indígenas do país os índios vivem uma integração ainda precária. No Posto Araribá, em São Paulo, 270 índios de três tribos diferentes vivem como caboclos, falando apenas em casa sua língua nativa. Na escola é usado o português, única língua comum a todas as crianças. A alienação do índio de seu próprio povo, sem a vantagem de ser aceito pelo branco, é surpreendente. José Ribeiro, capitão (cacique) dos guaranis de Araribá, disse, reclamando dos novos tempos onde a caça e a pesca são

raras: "Agora a gente entra no mato por aí e não acostuma mais. Vai ver, os 'índio brabo' acaba com a gente".

Mas, certamente, poucos índios aculturados vivem tão mal quanto cerca de 250 guaranis espalhados em pequenas famílias pelo litoral de São Paulo. Um deles, Cesário, dos poucos que sabem ler ("aprendi com meu esforço espiritual"), explica: "O governo vem aqui duas vezes por ano. Vê quem está doente, dá algum remédio e vai embora".

Para esses índios, Álvaro Villas-Boas, irmão de Orlando, tem um plano preparado. Enquanto procura restaurar o Posto Araribá, Álvaro espera a aprovação da Funai para reunir todos os guaranis do litoral num único posto com terras próprias e assistência. Para Álvaro, o índio já aculturado deve ser transformado em elemento produtivo, sem prejuízo de manutenção dos grandes parques indígenas. E Álvaro acredita que, uma vez instalado o posto, os guaranis convergirão espontaneamente para lá: "O guarani acredita que num lugar definido, além do mar, existe uma espécie de paraíso, a terra sem males. Por isso eles se deslocam pelo litoral, em pequenos grupos".

Do passado trágico os índios do Brasil parecem não caminhar ainda para sua terra sem males da tradição guarani. Para cada um o destino apresenta outras chances. Em Araribá, o índio Sérgio, um criador do bicho-da-seda, não responde o que espera de seus descendentes. Como qualquer caboclo, ele diz apenas "não sei".

Kuduene, enviado por sua tribo carajá para aprender a ser guarda indígena, ainda não se decidiu a voltar definitivamente à sua tribo, abandonando uma namorada de Belo Horizonte: "Eu quero é ser soldado, e soldado eu posso ser aqui mesmo". Maloraré, índio do Bananal destinado a ser o próximo cacique de sua tribo carajá, parece ter planos: "Aprendi muito com Seu Orlando no Xingu. Tenho muitas idéias aqui na cabeça. As coisas vão mudar para os carajás". Mas o próprio Orlando tem medo. Acha que esse é o seu último ano no Xingu — a Funai o convidou como assessor do presidente — e teme pela quebra de equilíbrio até agora mantido por ele entre as tribos em 28 anos de paciente trabalho. Indiferente aos temores de Villas-Boas, o jovem Aritana prepara-se para as cerimônias de consagração como novo cacique dos iualapitis. Prêso num quarto escuro, onde medita sobre o destino de seu povo — há alguns anos quase extinto — e toma um chá especial que o fará forte como deve ser um cacique, Aritana parece ter escolhido definitivamente a sorte de seu povo e abandonado o sonho infantil de pilotar um daqueles aviões que trazem brancos curiosos às terras índias do Xingu. ○

Juaõ, Marie-Wyna Tybyboho-Wyna

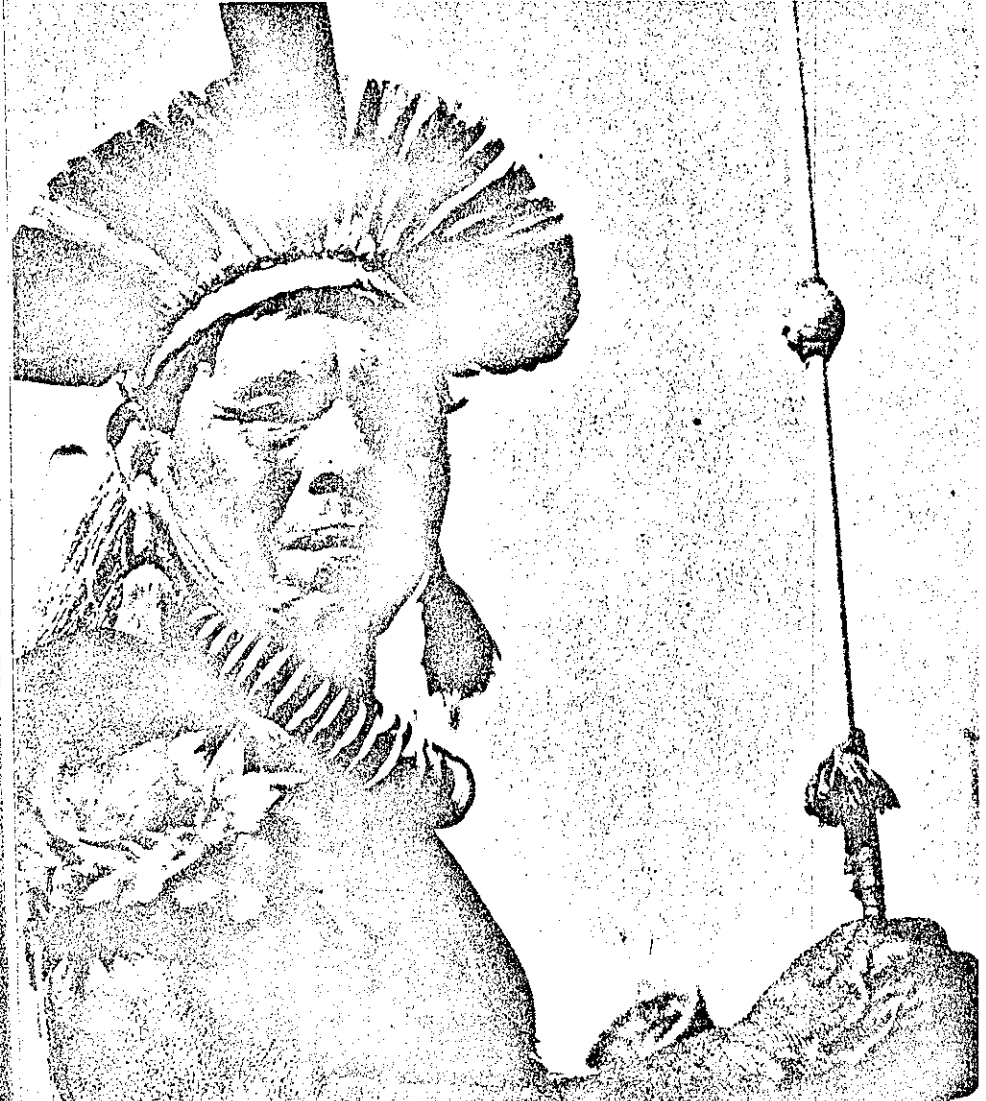
A Família de João e Maria
A Vida Sadia



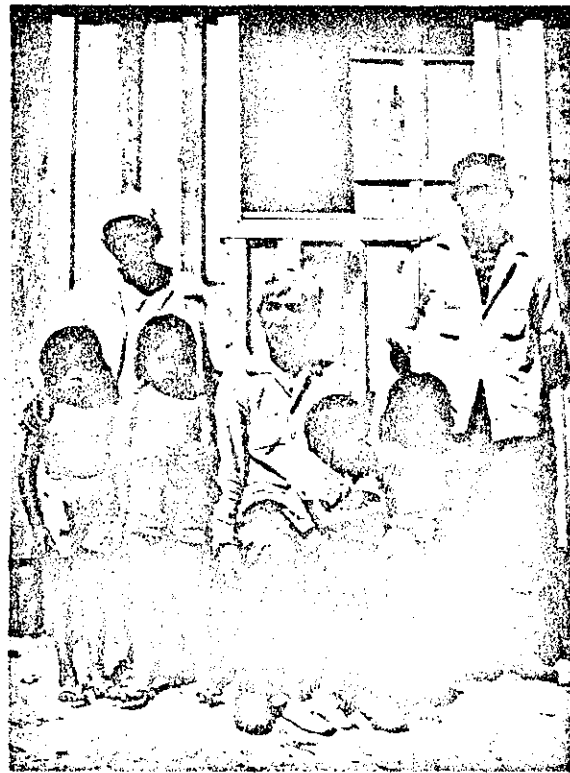
Ise awi-my rahamyhyre biu-õ
rihawimhyreki bade-õ rihawimhyrewase-
ki aõkõ. Bade-ki tãhe irãnyzi-re
sõwe-re. Biu-õ ihãwãdi-ki ty awi-re.

A mãe sabe que é melhor estender a roupa na vara
em vez de pôr no chão ou na mata. No chão há muita
sujeira dos porcos, das galinhas, e da gente. Encolerada
na vara, a roupa fica limpa e bonita.

Cartilha Carajá estocada sem uso na ilha do Bananal: como estender a roupa e lavar os bebês com água quente e sabonete. Os Carajás andam nus e preferem aprender a língua dos brancos



Na reserva do Xingu o cacique trumai prepara-se para a festa do Quarup. A criança trumai garantirá a preservação da tribo, antes quase extinta. Falam uma língua tronco, única no mundo



Família terene no posto indígena Araribá (SP): só o avô, sentado, viveu com seu povo. O pai, Sérgio, à direita, é criador de bicho-da-seda

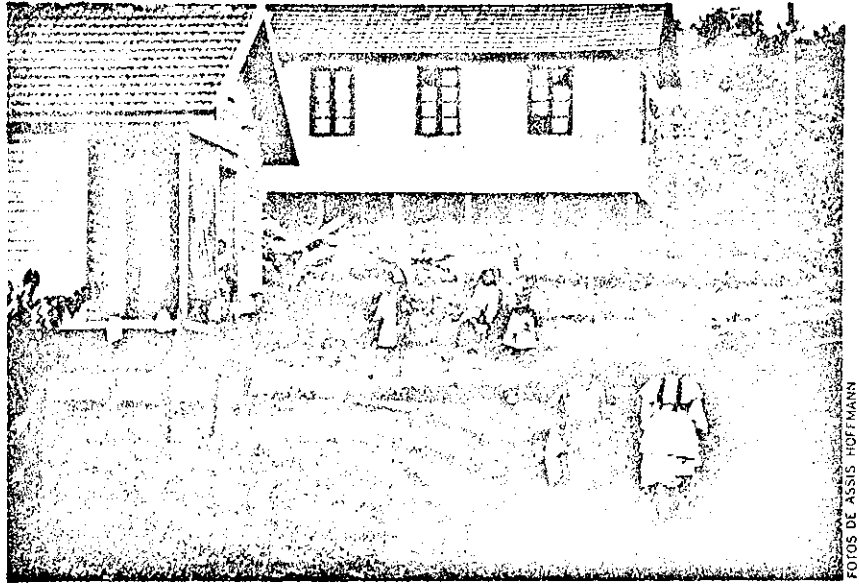
A nova geração: em Araribá, crianças índias fazem-se para uma semana de festa. No resto do ano, filhas de caboclo com roupas de caboclo

Pôsto Araribá: crianças guaranis kaingang e terenes. A professora ensina português. Até quando serão índias?





Tóldo Guarita (RS), um dos maiores postos indígenas: na escola (à direita), o ensino é em kaingang e português. É a nova integração



FOTOS DE ASSIS HOFFMANN

Pôsto São Marcos, em Roraima: a mulher mucuxi é professora. São 5 000 índios civilizados e 3 000 ainda nômades

AMILTON VIEIRA





FOTOS DE C. F. LOS. M. N. B. A.

Kuduene, filho do cacique Uatau, dos Carajás do Bananal, e a namorada Vilma, professora de Belo Horizonte (blusa clara): o guarda indígena saltará o muro ou regressará à sua tribo carajá?

MARIO PALMERIO



A guarda do território indígena: à esquerda, a sentinela "cinta-larga", no Amazonas; à direita, guardas formados pela Polícia Militar de Minas Gerais. Qual deles preservará as tradições?